

2452

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º , DE 2016.
(Da Sra. Deputada Ana Perugini e outras)

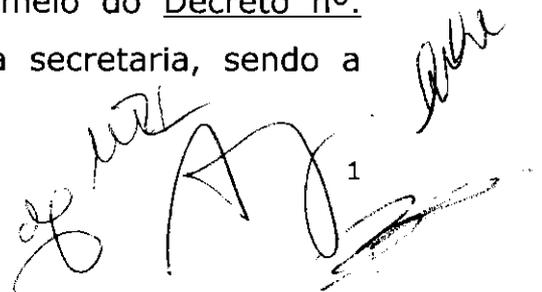
Requerimento de Informações ao Ministério da Justiça e Cidadania acerca do Programa "Mulher Viver Sem Violência", vinculado a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115, inciso I e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos perante V. Exa. solicitar que seja encaminhado ao Ministério da Justiça e Cidadania o presente Requerimento para que o Ministro, Sr. ALEXANDRE DE MORAES, seja instado a prestar informações acerca da continuidade do Programa "**Mulher Viver Sem Violência**", de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM.

Inicialmente, cumpre mencionar que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres deixou de ter status ministerial na reforma do governo não eleito do Sr. Michel Temer que extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, remetendo toda a temática da Secretaria para o Ministério da Justiça.

Considerando que o referido Programa "**Mulher, Viver sem Violência**" foi lançado pela Presidenta Dilma Rousseff, em 13 de março de 2013, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede sócio assistencial e da promoção da autonomia financeira. A iniciativa foi transformada em Programa de Governo por meio do Decreto nº. 8.086, de 30 de agosto de 2013. A referida secretaria, sendo a



Handwritten signature and initials of Ana Perugini, with a small number '1' written below the signature.

responsável pela coordenação do Programa, deve atuar de forma conjunta com outros Ministérios, a exemplo dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário e do Trabalho.

Considerando que entre 2013 e 2014, houve adesão de 26 unidades da federação, com exceção de Pernambuco, ao **"Programa Mulher, Viver sem Violência"**, este se constitui um programa vitorioso e indispensável ao fortalecimento do combate à violência contra a mulher em todo país.

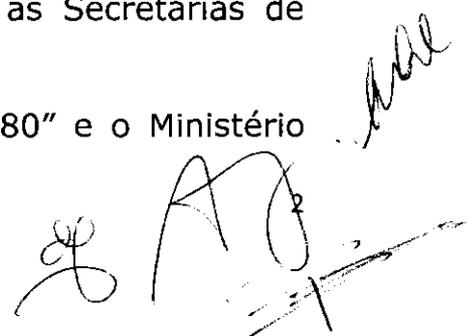
Considerando ser de extrema necessidade que a sociedade brasileira tome conhecimento das intenções do atual governo em relação ao **"Programa Mulher, Viver sem Violência"**, requeremos as seguintes informações:

1. Implementação da Casa da Mulher Brasileira

- Em que estágio se encontra a implantação das Casas da Mulher Brasileira que já estavam em construção no governo da presidenta Dilma Rousseff?
- Qual a programação de construção e instalação de novas casas estabelecidas para 2016 e 2017?
- Todos os serviços prestados às mulheres atendidas pelas Casas que já constam do programa serão mantidos?
- Qual é a meta de atendimento para o ano de 2017? e
- Qual a previsão orçamentária para o ano de 2017?

2. Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

- Qual a meta de alcance desse atendimento para 2016 e para 2017?
- Existe proposta de ampliação da capacidade de atendimento da Central, no Brasil e no exterior?
- O "Ligue 180" mantém intercâmbio com as Secretarias de Segurança Pública estaduais e municipais?
- Qual a relação existente entre o "Ligue 180" e o Ministério



Público? e

- Qual a previsão orçamentária para o ano de 2017?

3. Organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual

- A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres está acompanhando a execução do projeto de humanização do atendimento às vítimas de violência sexual na rede de saúde e de segurança pública?

- Quais os órgãos constituídos no âmbito da perícia técnica nos institutos de medicina legal e na rede hospitalar de referência, adequados para o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual?

- Qual a previsão de abrangência do atendimento humanizado para o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual para 2017? e

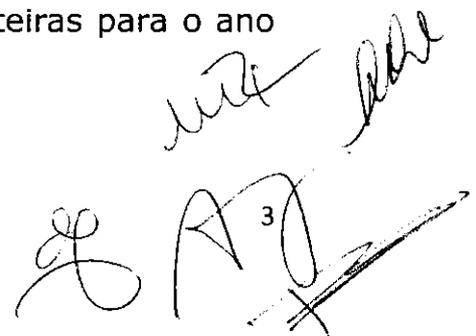
- Qual a previsão orçamentária para o ano de 2017?

4. Implantação e Manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca

- Informar sobre o funcionamento dos centros de atendimento às mulheres em situação de violência nas fronteiras do Brasil com a Bolívia, Guiana Inglesa, Paraguai e Uruguai;

- Qual a previsão de instalação dos centros de fronteira seca em Bonfim (RR), Brasiléia (AC), Corumbá (MS), Jaguarão (RS), Ponta Porã (MS), Santana do Livramento (RS) e Tabatinga (AM)? e

- Qual a meta quantitativa e em que localidade, bem como a previsão orçamentária de instalação de centros de atendimento às mulheres em situação de violência nas fronteiras para o ano de 2017?



Handwritten signatures and a stamp with the number 3.

5. Campanhas continuadas de conscientização

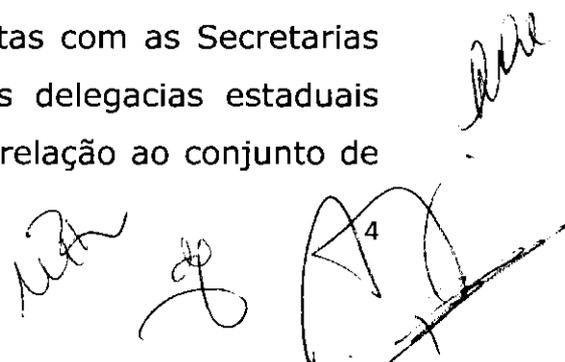
- Será mantido o programa que prevê a realização de campanhas de conscientização em consonância com a Política Nacional de prevenção da violência contra as mulheres e as ações voltadas à desconstrução dos mitos e estereótipos de gênero e de modificação dos padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres? e
- Quais as metas e a previsão orçamentária para o ano de 2017?

6. Unidades Móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta

- Estão mantidas em funcionamento as unidades móveis serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência ao campo, floresta e águas?
- Está havendo acompanhamento da instalação e continuidade dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta? e
- Quais as metas, localidades e a previsão orçamentária para o ano de 2017?

7. Núcleo de Proteção à Mulher

- Em virtude da criação do Núcleo instituído na Portaria 586/2016 do Ministério da Justiça e Cidadania, solicita-se o envio das atas das reuniões, do planejamento de ações e atividades voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.
- Qual a condução desse Núcleo que promove articulação federativa para tratar do tema da violência contra a mulher, inclusive com adoção de medidas conjuntas com as Secretarias estaduais de Segurança Pública, com as delegacias estaduais especializadas de proteção à mulher, em relação ao conjunto de



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a signature that appears to be 'M. A. S.' and another that appears to be 'M. A. S.' with a large '4' written next to it.

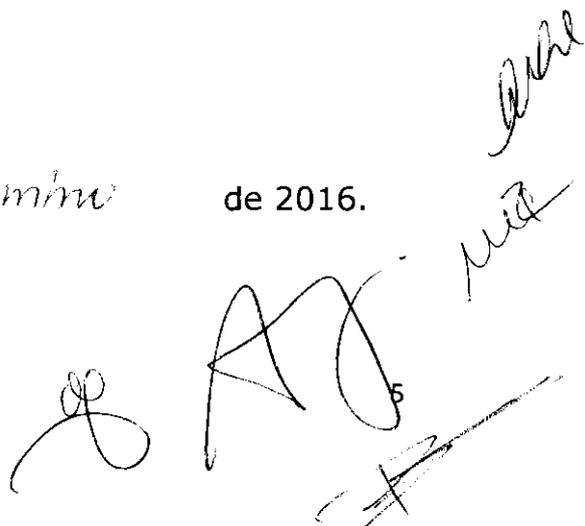
articulação preexistente, inclusive das adesões dos demais entes federados ao Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, criado em 2010, com o estabelecimento de convênios, parcerias e outros instrumentos formalizados?

- Na Portaria consta a adoção de incentivo para a formação de "conselhos comunitários de segurança" voltados ao tema da prevenção e para coibir a violência doméstica e contra a mulher. Para instituição desses "conselhos" houve consideração com as instâncias já existentes sobre a temática das mulheres nos entes federados e nas comunidades? Estão sendo promovidos diálogos com os órgãos existentes em todo o país que tratam do tema?

- A Portaria trata da formulação de um protocolo uniforme de atendimento às mulheres vítimas de violência. Houve algum aproveitamento ou existe o acompanhamento por este Ministério do protocolo de atendimento das vítimas de violência instituído pela Lei Maria da Penha e que, em razão da Lei 13.104, de 2015 (Lei do Feminicídio) o Estado brasileiro já havia adotado medidas para definição nacional do Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação das Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero? Qual a compatibilização dessa nova iniciativa ministerial com os protocolos e documentos existentes e válidos em todo o país e na América Latina?

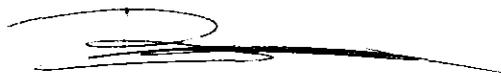
Solicito na oportunidade, que além de enviar as informações solicitadas à Mesa Diretora, esses dados sejam encaminhados também diretamente às Parlamentares solicitantes, nos endereços abaixo indicados.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2016.

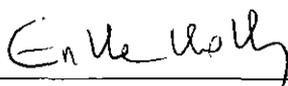
The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a signature that appears to be 'J. B.'. To its right is a larger, more stylized signature that looks like 'A. B.'. Further to the right, there are several sets of initials, including 'M. A.', 'M. A.', and 'M. A.', which are written vertically. There is also a signature that looks like 'M. A.' written horizontally at the bottom right.



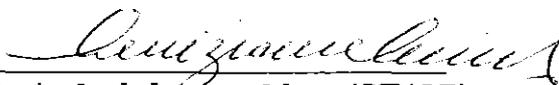
Deputada **Ana Perugini** (PT/SP)
Gabinete 436, Anexo IV, Câmara dos Deputados



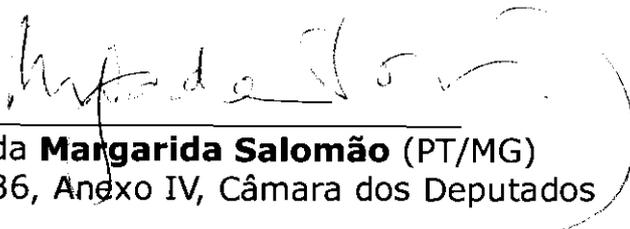
Deputada **Benedita da Silva** (PT/RJ)
Gabinete 330, Anexo IV, Câmara dos Deputados



Deputada **Erika Kokay** (PT/DF)
Gabinete 203, Anexo IV, Câmara dos Deputados



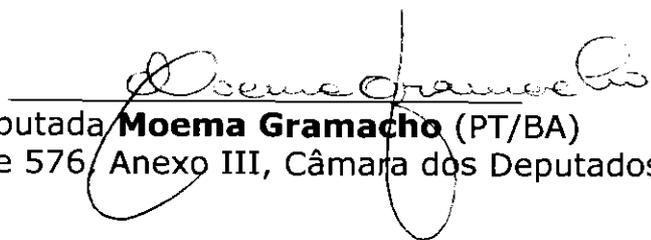
Deputada **Luizianne Lins** (PT/CE)
Gabinete 713, Anexo IV, Câmara dos Deputados



Deputada **Margarida Salomão** (PT/MG)
Gabinete 236, Anexo IV, Câmara dos Deputados



Deputada **Maria do Rosário** (PT/RS)
Gabinete 312, Anexo IV, Câmara dos Deputados



Deputada **Moema Gramacho** (PT/BA)
Gabinete 576, Anexo III, Câmara dos Deputados